

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.499.256 - SP (2019/0131211-9)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
AGRAVANTE : LBR - LÁCTEOS BRASIL S/A EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
ADVOGADO : KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI E OUTRO(S) - SP178033
AGRAVADO : GILBERTO GASPERINI
AGRAVADO : NEIDE TAMIOZZO GASPERINI
AGRAVADO : CRISTIANE MICHELON GASPERINI
ADVOGADOS : DIEGO FERNANDES ESTEVEZ E OUTRO(S) - RS057028
ANDRÉ FERNANDES ESTEVEZ - RS063335
CELIANA DIEHL RUAS - RS076595
GABRIELA WALLAU RODRIGUES - RS069794
PABLO WERNER - RS100955
CAROLINE PASTRO KLÓSS - RS099624
LAURA SANCHOTENE GUIMARÃES - RS113797

DECISÃO

Trata-se de agravo apresentado por LBR - LÁCTEOS BRASIL S/A EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no art. 105, inciso III, alínea *a*, da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO, assim resumido:

APELAÇÃO - AÇÃO DE COBRANÇA - LEGITIMIDADE PASSIVA - FORNECIMENTO DE LEITE IN NATURA - AUSÊNCIA PROVA DE PAGAMENTO - EMPRESA EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL - CRÉDITOS EXTRACONCURSAIS.

- A pessoa jurídica que firmou relação jurídica com os autores foi a Santa Rita Comércio, Indústria e Representações Ltda., que faz parte do grupo econômico LBR-Lácteos Brasil S/A. A realização do contrato de compra e venda por empresa distinta do mesmo grupo econômico não pode servir para exonerar a legitimidade daquele que exerce diretamente a relação jurídica;

- Nos termos do artigo 49 “caput” da Lei nº 11.101/2005, o crédito dos apelados não está sujeito à recuperação judicial da apelante, não havendo que se falar em habilitação naqueles autos, tampouco na suspensão do feito, eis que em caso de eventual conversão da recuperação judicial em falência, o crédito dos apelados terá natureza extraconcursal, nos termos do artigo 67 da referida Lei nº 11.101/05.

- Ausente prova do pagamento efetivo e dos fatos modificativos, extintivos e impeditivos do direito do autor, ônus que incumbia ao réu art. 373, II do NCPC, a demanda deve ser julgada procedente, como bem destacado na r. sentença.

RECURSO IMPROVIDO.

Alega o recorrente, pela alínea *a* do permissivo constitucional, violação do art. 373, I, do CPC, aduzindo a fragilidade e a inconsistência da prova documental comprobatória da entrega e recebimento da mercadoria, trazendo os seguintes argumentos:

Ao longo da contestação e recurso de apelação apresentados a Recorrente tentou demonstrar ao Juízo *a quo* que os documentos que embasaram a distribuição da Ação de são inábeis para este fim.

Isto porque, a Recorrida se limita a alegar ser credora do valor de R\$ 57.178,49, sem juntar aos autos documentos que corrobore com tais alegações.

Sabe-se que o ônus de comprovar as alegações é do credor, que dele não se desincumbiu, nos termos do artigo 373, I do NCPC (fl. 152).

Ademais, vale ponderar que nas DANFES colacionadas não apresentam assinaturas, ou seja, não há nos autos, qualquer documento comprobatório da entrega e recebimento da mercadoria.

Portanto, conclui-se, que no presente caso a Recorrida não instruiu os autos com qualquer comprovante de recebimento assinado pela Recorrente.

Ainda, Excelências, fundamental notar que os únicos documentos que instruem a inicial são notas fiscais produzidas de maneira unilateral, sem aceite ou qualquer assinatura da Recorrente.

Desta maneira, resta claro que a prova documental que procura sustentar a demanda é frágil e inconsistente e, neste contexto, impõe o provimento deste recurso por violação ao artigo 373, I do CPC (fl. 153).

Da mesma forma, a recorrida sequer junta aos autos cópia do contrato entabulado entre as partes, o que, mais uma vez, demonstra o caráter aventureiro da presente demanda.

Por analogia, já se pronunciou o STJ que a simples anuência em separado ao título enseja dilação probatória, ou seja, existe a necessidade do credor nos termos do artigo 373, I do NCPC comprovar a existência do negócio jurídico, demonstrando o aceite no título comprovando a entrega do produto, o que não ocorreu no presente caso (fl. 154).

É o relatório. Decido.

Na espécie, o julgado recorrido assim entendeu:

As notas fiscais dos produtos estão acostadas às fls. 11/12 e fls. 16, e foram emitidas em 30 de setembro de 2014, 31 de agosto de 2014 e 31 de outubro de 2014. Por outro lado, a ré apresentou comprovantes de pagamento com valores inferiores aos das notas fiscais, com datas que antecedem a emissão das notas fiscais (18 de julho, 31 de julho, 15 de agosto, 28 de agosto, 23 de setembro fls. 69/78).

A ré alega que as partes mantinham uma relação de “conta corrente”, em que eram pagos valores de forma aleatória. Os comprovantes indicam um pagamento total, a todos os produtores rurais, no valor de R\$62.424,36, que,

inclusive, não corresponde ao valor cobrado na inicial (R\$ 57.178,29).

Importante consignar que não há contrato escrito entre as partes, que entabule essa suposta “relação diferenciada” entre fornecedor e contratante ou que indique com clareza a forma de pagamento.

Dessa forma, ausente prova do pagamento efetivo e dos fatos modificativos, extintivos e impeditivos do direito do autor, ônus que incumbia ao réu art. 373, II do NCPC, a demanda deve ser julgada procedente, como bem destacado na r. sentença.

Portanto, incide o óbice da Súmula n. 7 do STJ (“A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial”), uma vez que a pretensão recursal demanda o reexame do acervo fático-probatório juntado aos autos.

Nesse sentido: “O recurso especial não será cabível quando a análise da pretensão recursal exigir o reexame do quadro fático-probatório, sendo vedada a modificação das premissas fáticas firmadas nas instâncias ordinárias na via eleita. (Súmula 7/STJ)” (AgRg no REsp n. 1.773.075/SP, relator Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJe de 7/3/2019).

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AgRg no AgRg no AREsp n. 1.374.756/BA, relatora Ministra Laurita Vaz, Sexta Turma, DJe de 1º/3/2019; AgInt nos EDcl no AREsp n. 1.356.000/RS, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe de 6/3/2019; e REsp n. 1.764.793/RJ, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 8/3/2019.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, **majoro os honorários de advogado em desfavor da parte recorrente em 15% sobre o valor já arbitrado nas instâncias de origem, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão de justiça gratuita.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 10 de junho de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente

